

O PERFIL E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS– EJA

*Creuza Bonono Feliciano¹
Denilza Oliveira Costa Ferreira²
Orientador Prof. Omar Carrasco Delgado³*

RESUMO

Este artigo objetiva identificar o perfil e dificuldades que os alunos da EJA enfrentam até a conclusão do curso básico, sendo realizado pela pesquisa bibliográfica qualitativa e documental, tendo como instrumentos de base dados coletados em livros, artigos e documentos oficiais. Na perspectiva contextual, a discussão do tema abordado se apóia em teóricos como Engels, Marx e autores como Di Pierro, Freire, entre outros, que proporcionaram valiosa contribuição à fundamentação teórica, indo da história às dificuldades enfrentadas pela clientela no âmbito educacional. A EJA sendo uma modalidade que compõe a educação básica, os alunos advêm de classes sociais distintas, possuem características peculiares que os difere dos demais, precisando de oportunidades de desenvolvimento conforme as capacidades e competências, exigindo da escola um posicionamento crítico na aquisição proposta para a finalidade do ensino. Ressalta-se que, nesta modalidade o aprender precisa ser significativo à vida dos alunos, onde práticas estigmatizadas dificultam o procedimento em socialização e desenvolvimento na construção do saber. Os resultados sugerem a relevância da existência de políticas públicas e educacionais eficazes com oportunidades múltiplas em efetiva educação a todos que estão à margem do saber, reduzindo o índice de analfabetismo, enfim, é preciso haver maior investimento em relação a esta etapa educacional, aos métodos utilizados na alfabetização e na visão dos alfabetizadores no desempenho educacional.

Palavras-Chave: Educação. Jovens. Adultos. Perfil. Aprendizagem. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to identify the profile and difficulties that the EJA students have to face up to the conclusion of the course. It has been carried out by a qualitative and documentary bibliographical research, having as basic tools data contained in books, articles and official documents. In a contextual perspective on the subject discussion, they rely on theorists such as Engels, Marx as well as authors such as Di Pierro, Freire, who, among others, provided a valuable contribution to the theoretical principles, going from history to the difficulties experienced by the clientele in education. In relation to the EJA, being a modality that composes the basic

¹Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Multivix de Cariacica/ES– MULTIVIX CARIACICA/ES.

²Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Multivix de Cariacica/ES– MULTIVIX CARIACICA/ES.

³Orientador: Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Multivix de Cariacica/ES– MULTIVIX CARIACICA/ES.

education, the students come from different social classes and have peculiar characteristics that differ them from others. Therefore, they need development opportunities according to their capacities and competences, demanding the school critical position of the proposed acquisition for the purpose of teaching. We need to emphasize that in that modality the learning process needs to be significant for the students' lives, since stigmatized practices make the procedure for socialization and development in the construction of knowledge difficult. Results suggest the relevance of the existence of effective public and educational policies with multiple opportunities for effective education to all those who are on the fringe of knowledge, reducing the illiteracy rate. In other words, it is necessary to invest more in this educational stage, in the methods used in adult literacy and in the view of literacy teachers related to educational performance.

Keywords: Education. Young. Adults. Learning. Development. Profile.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma oportunidade de concluir os estudos em tempo hábil e sendo modalidade amparada em leis possui como foco o atendimento as pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar no ensino regular em idade normal.

O estudo aborda “O perfil e os desafios enfrentados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos” e se torna um assunto que, embora amplamente discutido na sociedade e educação, precisa de maiores investimentos em políticas públicas e educacionais eficazes para criar e legitimar o acesso e valorização dessa modalidade. Contemplando ainda a oportunidade de adquirir conhecimentos de como ocorrem a formação da população trabalhadora e ausência de instrução que influenciam ao desempenho dos alunos da EJA, população essa formada por pessoas advindas de culturas e classes sociais diversificadas por não conseguirem conclusão dos estudos em idade apropriada.

A EJA impõe um novo modo de repensar o papel do Estado em implantar políticas públicas e educacionais condizentes às necessidades da clientela, ofertando propostas de inclusão social e metodologias agregadas à realidade das escolas, pois, esse público se encontra fora do ambiente escolar há bastante tempo e a escolarização possibilita um diferencial no mercado numa possível ascensão social.

Os estudantes da EJA possuem características distintas, dentre as quais se encontra a expressão linguística utilizada na comunicação, sendo importante a escola valorizar as formas expressivas, porém precisa oportunizar a reflexão para que entendam a diferença entre a fala e a escrita. Os “erros” que ocorrem no ato comunicativo devem ser interpretados e explorados, intermediados por atividades e diálogos constantes demonstrando que, apesar das variáveis linguísticas serem aceitas o domínio da língua culta é imprescindível, implicando eficácia no envolvimento em sociedade.

Mediante as reflexões, o artigo objetiva identificar o perfil e dificuldades enfrentadas por alunos da EJA até a conclusão do curso básico. A metodologia de pesquisa utilizada para construção do texto foi a pesquisa bibliográfica qualitativa e documental, tendo como instrumento de base dados coletados em livros, artigos e documentos oficiais sobre a temática. Para discussão do tema se instaurou abordagens de teóricos como Engels, Marx e autores como Di Pierro, Freire, entre outros proporcionando valiosa contribuição na fundamentação teórica. E, após o desenvolvimento concluído, chegou-se a conclusão resultando na produção do texto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA

A EJA, reconhecida como direito desde os anos 30, obteve relevância com o advento da campanha de alfabetização nas décadas de 40 e 50, prosseguindo mediante “Movimentos de cultura populares dos anos 60 com a chegada do Mobral, ensino supletivo dos governos militares e a fundação Educar” (HADDAD, 2000, p. 111)

Relata Di Pierro (2008) que, na história do Brasil entre a década de 1950 e 1960, o ensino passou por retrocessos e avanços que resultaram em campanhas de movimentos em favor da educação popular, intencionando alfabetizar em massa e erradicar o analfabetismo. E, na ausência de interesse político para com a modalidade, acabou por permanecer à margem do ensino por anos.

Em 1960, o Governo Federal desenvolveu ações indutoras de políticas voltadas para a área educacional, mediado pela criação de serviços e da Campanha de Educação para Adolescentes e Adultos, descrita por Lourenço (2002), como recurso significativo em mobilizar da opinião pública, criar a infraestrutura de Estados e Municípios.

A primeira Campanha Nacional que atendia essa modalidade preparada pela Associação do Ensino Noturno (AEN) e Departamento de Educação (DE), pertencente ao Distrito Federal e pelo Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos intencionava investir na educação como solução ao analfabetismo. Deste modo se tornou uma concepção que parece ter inspirado os demais princípios da campanha expressa na frase: ensinar jovens e a adultos era mais fácil, mais rápido e mais simples do que ensinar crianças e, “Se qualquer pessoa podia desempenhar essa função, não seria necessário formar e qualificar um profissional específico para tal” (SOARES, 1996, p. 30).

Mais adiante, em 1963, o Ministério de Educação encerrou a Campanha Nacional de Educação de Adultos (CNEA) iniciada anteriormente e, em 1947 foi delegado a Paulo Freire a elaboração de um Programa Nacional de Alfabetização (PNA) como solução em alcance do analfabeto em seu universo comunitário. Entretanto, Freire se tornou referência de um moderno paradigma pedagógico, denunciando a superficialidade dos programas, inadequação do método e a diversidade das regiões brasileiras e, a proposta acabou por ser engavetada.

Movimentos ocorridos em favor da EJA embora contribuam ao desenvolvimento do País provaram que os objetivos de ensino não foram propostos na íntegra, surtindo na urgência de outra conjuntura que modifique o caráter das iniciativas públicas com relação a modalidade. Por volta de 1970, o Programa de Alfabetização surgiu como “[...] Fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial, que buscou uma alternativa ao trabalho” (HADDAD, 2000, p. 114) direcionando benefícios externos educacionais com métodos pedagógicos a serem utilizados em âmbito educativo.

A instauração da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) do Ensino Supletivo, conforme Haddad (2000), elaborada por Valnir Chagas, conselheiro do extinto Conselho Federal de Educação mediante o Parecer Nº 699/72 veio a estabelecer um paralelismo com o aparelho ideológico de ensino, substituindo os exames por cursos. E, em 1974, foram instituídos Centros de Estudos Supletivos (CES) com a funcionalidade de relacionar características básicas da modalidade, firmando rapidez na instalação, custo e emprego de metodologias adequadas norteando a modalidade em dois eixos, o MOBRAL com ênfase na alfabetização e o supletivo em atendimento aos considerados excluídos do Ensino Fundamental e Médio.

Nos anos 80, iniciou-se a abertura política oferecendo autonomia para o MOBRAL, desdobrando as turmas em alfabetização e pós-alfabetização, sendo extinto em 1985 quando se aproximava a Nova República. Foi criado em substituição a Fundação EDUCAR que apresentava objetivos mais democráticos, contudo, com pouco investimento financeiro.

No decorrer da história, o Decreto nº 97.219/88 revogado pelo Decreto nº 99.519/90 (BRASIL, 1990) favoreceu a instituição da Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização e Cidadania (CNAIA) que, composto por Freire e posteriormente por José Eustáquio Romão, responsáveis em coordenar na nação atividades preparatórias para o Ano Internacional de Alfabetização, indicavam reflexões relacionada a relevância da modalidade.

Em agosto de 1994 ocorreu a Conferência Nacional de Educação para Todos, culminando em dois documentos, a saber, o Acordo Nacional e o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação Básica (HADDAD, 2000). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2015) a EJA incluída na educação básica passou a atuar em prol da formação populacional envolvendo jovens e adultos sem acesso e/ou sucesso no Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio na faixa etária apropriada.

O Parecer 11/2000 e a Resolução 1/2000 (BRASIL, 2000) causou inovações, fixando Diretrizes Curriculares Nacionais com intenção de regulamentar aspectos

da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como a idade mínima para ingresso que passou a ser de 15 anos na etapa do Ensino Fundamental e 17 no Ensino Médio. A Lei 10.172/2001 (BRASIL, 2001) que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) definiu metas prioritárias na área educacional a ser alcançada até o ano de 2024 e determina:

Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos [...] até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.
Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (BRASIL, 2014, p. 34).

As metas descritas no Plano Nacional de Educação contemplam melhoria da EJA, com estratégias em atendimento as necessidades populacionais em busca de reduzir o analfabetismo. Mais adiante, o Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 (BRASIL, 2000) ocupou-se na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais com proposta prática na modalidade. E, por fim, a Resolução CNE/CEB Nº 3/2010 (BRASIL, 2010), instituiu Diretrizes Operacionais relativas à duração dos cursos, com idade mínima para ingresso, certificação nos exames e o desenvolvimento também por intermédio da Educação a Distância.

2.2. CONCEPÇÕES BÁSICAS DA EJA

Conforme Freire (1979), a Alfabetização de Jovens e Adultos precisa ocorrer dentro do contexto cultural, considerando o aluno como sujeito construtor da aprendizagem, numa visão menos ideológica, sem se apoiar nas relações que o determina ou influencia. A proposta educacional exposta pelo autor se embasa em aspectos primordiais como, concepções metodológicas, respeito ao educando, diálogo constante e desenvolvimento da criticidade, no qual afirma ser preciso empregar palavras e temas geradores retirados do cotidiano das pessoas, sendo que esses significados produzem impacto no grupo envolvido, pelo motivo de fazer parte de sua existência.

Numa concepção humanista, o referido autor menciona que, ocorre a necessidade do professor se desgarrar do modo tradicional de ensino, oferecendo atividades

embasadas em aprendizagens e valorização dos saberes. A harmonia no âmbito escolar ocorre quando os alunos podem expor sem decepção ou medo os saberes e, junto ao professor se tornarem parceiros no processo ensino e aprendizagem, numa relação agradável rumo ao conhecimento, ensinando e aprendendo entender o meio que vivem.

Freire (2000) relata que o ensino coerente e significativo favorece a formação global do sujeito, tornando a escola num momento de preparação da vida. Deste modo, a formação em valores instaurada na proposta política norteadada pela pedagogia progressista libertadora, considera a educação como estrutura fundamental na construção social, por atuar a favor da igualdade, com respeito ao “Direito de ir e vir, do direito de comer, de vestir, de dizer a palavra, de amar, de escolher, de estudar, de trabalhar. Do direito de crer e de não crer, do direito à segurança e à paz” (FREIRE, 2000, p. 59).

Na modalidade em EJA, o educar precisa ser considerado uma atividade onde alunos e professores, mediados pela realidade aprendam e retirem conteúdo de sua aprendizagem, vindo a tomarem consciência de suas ações, cuja finalidade atua em busca da transformação social coletiva. A escola em atendimento a essa modalidade precisa ser entendida como prática da liberdade e espaço transmissor de informações que favoreçam ao indivíduo a formação do senso crítico, levando-o a entender, reivindicar e transformar-se conforme conhecimentos adquiridos.

Os alunos da EJA embora marginalizados, muitas vezes não procuram a escola apenas para finalizar os estudos ou resgatar o tempo de escolarização perdida. Mas, consideram-na como espaço de socialização, lazer e vivência de novas experiências, encontro com outras pessoas, momento de aprender conviver com a heterogeneidade envolvendo culturas, gêneros, ritmos de socialização, responsabilidades cotidianas e aprendizagens.

Marx e Engels (2011) relata que os homens precisam comer, beber, moradia, roupas e demais objetos que os amparam em sua sobrevivência e, na satisfação das necessidades, a aprendizagem produzida é fundamental à sobrevivência e

continuidade da sua história⁴. Descrevem assim que, relações sociais iniciadas no âmbito familiar expandem-se na sociedade, resultando numa educação adaptada ao período histórico que vive.

Marx⁵ e Engels⁶ foram filósofos socialistas que, no momento histórico vivenciado criticavam o capitalismo, definindo a luta de classes como força motriz da história humana. Suas concepções ocasionaram impacto na educação, oportunizando entendê-la na ótica social, onde as pessoas precisam reunir forças em alcance de oportunidades igualitárias como direito, para não ser massacradas pelo sistema que as escraviza. Em contribuição ao desenvolvimento dos alunos, a EJA deve oportunizar acesso a conhecimentos significativos, cuja modalidade precisa atuar em constituição de cidadãos críticos, capazes em modificar o contexto que vivem numa luta constante contra a hegemonia.

A educação pública precisa caminhar rumo à emancipação dos homens, tendo sua constituição como indivíduo atuante, porém, mudanças educacionais só podem ocorrer quando há contradição entre oprimido e opressor, prevalecendo o livre arbítrio no exercício da práxis⁷. Por conseguinte, a superação da concepção de desumanização dos indivíduos somente ocorrerá baseada na construção de uma pedagogia apoiada nos ideais libertadores e, construída apoiada na realidade concreta, ocasionando numa proposta onde o educador busque a superação da educação bancária⁸ do ensino tradicional.

Muito embora Snyders (2005), com base na pedagogia progressista⁹ menciona a necessidade em levar o aluno ao conhecimento científico, possibilitando o

⁴ “O suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores” [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

⁵Karl Marx (1818–1883), filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, criticou o capitalismo. A filosofia influenciou áreas do conhecimento como, Sociologia, Política, entre outras (Disp. em: https://www.ebiografia.com/karl_marx/. Acesso em: 03.10.2017).

⁶Friedrich Engels (1820-1895), importante filósofo alemão que junto a Marx criou o marxismo, socialismo científico (Disp. em: <https://www.suapesquisa.com/biografias/engels.htm>. Acesso em: 03.10.2017).

⁷ “[...] Reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1983, p. 40).

⁸Os indivíduos são como “vasilhas” ou “recipientes” a ser “preenchidos” pelo ensino e educação.

⁹Considerada instrumento de luta ao lado de outras práticas sociais. Manifesta as tendências: tendência libertadora; libertária; e crítico-social dos conteúdos (Disp. em: <http://www.obrasill.com/educacao/geral/pedagogia-progressista-e-suastendencias>. Acesso em: 03.10.2017).

desenvolvimento em posse do conhecimento acumulado no decorrer da história da humanidade¹⁰, na EJA é imprescindível a satisfação das necessidades do discente de forma antiautoritária despertando contentamento em estudar, incidindo na possibilidade de alcance e transformação da escola de forma unificada, tornando-a num local preparatório possível de satisfazer aspirações culturais e intelectuais.

2.3. A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DA EJA

A Constituição Federal (BRASIL, 2012) definiu acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo independente da idade, ampliando o dever do Estado para com todos sem escolarização completa. Sob esses princípios políticos, sociais e econômicos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 2015) regulamentou os dispositivos da Emenda relacionada ao supletivo, desconsiderando a necessidade de formação especializada do professor atuante nesta etapa de ensino.

Com o advento do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), mediante aos resultados gerados em discussões realizadas nas diferentes instâncias organizativas em todo o país sobre o analfabetismo, sinalizou a necessidade de “[...] Uma tomada de consciência quanto ao que significa, para um ser humano, chegar a um novo século, onde ciência e tecnologia organizam novas linguagens, novas formas de relações sociais e de participação no mundo” (II CONED, 1997, p. 50).

A Resolução do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2000), no artigo 1º instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais com ofertas, estruturas nos componentes curriculares em instituições próprias e integrantes da organização educacional, as quais devem atender conforme o caráter próprio da modalidade. E, reafirmada no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000), a Educação de Jovens e Adultos se torna uma modalidade que compõe a educação básica e deve receber tratamento adequado. A legalidade contempla também na instauração de melhorias instituídas Resolução nº 3/2010 (BRASIL, 2010), com diretrizes operacionais relacionadas à

¹⁰“São os trabalhadores que reivindicam, para os seus filhos, uma escola realmente aberta a todos, a sensibilidade às injustiças da escola agudiza-se paralelamente com a convicção de que é possível uma outra sociedade”. (SNYDERS, 2005, p. 104).

EJA concernentes a duração do curso e idade para ingressantes.

2.4. PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

Arroyo (2005) menciona que, os sujeitos que compõem a EJA são “Jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo e da periferia” (p. 22). Logo, a escola precisa atuar como espaço de reflexões, com ações acessíveis aos conhecimentos, respeitando as diversidades e oferecendo oportunidades múltiplas de desempenho consoante as capacidades e individualidades.

Conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000), estudantes em EJA possui um perfil caracterizado por “Adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com escolaridade defasada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar” (p. 9). Esses sujeitos, homens e mulheres trabalhadores, desempregados, marginalizados sem oportunidade de estudo no tempo certo carregam consigo insegurança relacionada ao futuro.

Tendo como referência a pluralidade sociocultural, alguns nunca frequentaram a escola, outros, precisaram afastar-se quando crianças devido à entrada precoce no mercado de trabalho ou até mesmo carência de escolas, ultrapassando assim a idade normal para estudar no turno diurno. Com a trajetória escolar interrompida, esta modalidade torna-se uma opção, além de direito constitucional.

Analisando o perfil desses alunos, é importante lembrar que o analfabetismo se torna um desafio à educação na atualidade, conforme descrito na tabela:

TAXA DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO - BRASIL - 2007/2015.								
Por sexo	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Total	10,1	10	9,7	8,6	8,7	8,5	8,3	8
Homens	10,4	10,2	9,8	8,8	9	8,8	8,6	8,3
Mulheres	9,9	9,8	9,6	8,4	8,4	8,2	7,9	7,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015. Disponível em: <www.brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em: 04.10.2017.

A tabela demonstra a realidade da EJA no Brasil, cujo índice com pessoas de 15 anos ou mais ainda se encontram à margem do saber. Porém um dos aspectos relevantes se torna a evolução da taxa em analfabetismo por indivíduos de 15 anos ou mais de idade, onde se observa ter ocorrido a queda de 2,1 pontos percentuais nos últimos nove anos, reduzindo a dimensão de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 10,1%, em 2007, para 8,0% em 2015.

2.4.1. Principais Desafios Enfrentados Pelos Alunos da EJA

No cotidiano escolar muitos são os desafios enfrentados pelos alunos da EJA na busca por um ensino com qualidade, como exemplo, a diversidade cultural, a diferença de idades entre os alunos, equacionando dificuldades de estabelecerem boas relações, a superação do analfabetismo digital, o cansaço, a formação profissional para atuarem na EJA, pouco tempo para dedicação aos estudos, metodologias utilizadas, comumente inadequadas que acabam por impedir ao aprendizado.

Expõe Freire (2000) que a aprendizagem é fundamental por proporcionar oportunidades expressivas e individuais, atuando como parte integrante de um projeto amplo e com possibilidades. Nessa perspectiva, ao favorecer continuidade a um projeto em aprendizagem, a escola precisa atuar em alcance de um objetivo estruturado na realidade vivencial do aluno, enfim, precisa trabalhar com conteúdos significativos embasados em temas conectados a realidade social como, desemprego, saúde economia, trabalho, política e outros.

Outro desafio a ser considerado são as disciplinas trabalhadas na modalidade em EJA que, na maioria das vezes se prendem somente a leitura e escrita, operações matemáticas, entre outros. A alteração dessa realidade consiste no fato do professor trabalhar com palavras conhecidas do cotidiano favorece o desenvolvimento na alfabetização e na concepção da consciência crítica (FREIRE, 1979). Entretanto, o aluno carrega consigo um contexto histórico composto muitas vezes por dificuldades decorrentes da falta de estudo e, acaba recorrendo à escola em procura de melhorias, buscando preencher as necessidades intermediadas pelo estudo.

O contexto escolar da EJA, formado por sujeitos advindos de realidades distintas, sobreviventes no mercado de trabalho, alguns possuem família estruturada e assumem responsabilidades que os impedem a uma dedicação total aos estudos. A escola, no entanto, precisa descortinar-se de velhos paradigmas e oportunizar condições possíveis de desenvolvimento além de adquirirem habilidades e aptidões, tornando-se melhor informados sobre os direitos e deveres no exercer da cidadania posteriormente.

2.5. A EJA COMO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão como modalidade de ensino adveio com a publicação da Constituição Federal (BRASIL, 2012), oportunizando as pessoas com pouca escolaridade em garantia, obrigatoriedade e gratuidade de acesso ao ensino. A instituição escolar para os alunos dessa etapa é fundamental, sendo nesse percurso que ocorre a inclusão social com oportunidades de auxílio às pessoas a serem incluídas na sociedade, no campo de trabalho e no grupo social.

O ensino se torna na atualidade uma condição participativa na sociedade, onde pessoas que não concluíram os estudos enfrentam obstáculos no decorrer da vida, como remuneração salarial, constrangimento por não saberem ler, entre outros, e a EJA representa um canal de inclusão social favorecedora ao desempenho posterior.

Os desafios vivenciados pelo sujeito iletrado no decorrer de sua vida favorecem o retorno a escola, tornando-se este um dos caminhos favoráveis da inclusão, entretanto, muitas vezes, os alunos não possuem estímulos e nem tempo para estudarem, além de outros aspectos que dificultam seu desenvolvimento. A escola precisa oportunizar a essa clientela recursos favoráveis ao desenvolvimento como cidadãos críticos, atuantes na coletividade, pois, a aprendizagem da leitura e escrita proporciona a inclusão das pessoas na malha social em ascensão a bens culturais e, quando adquirem novos conhecimentos conquistam a autonomia.

A urgência da inclusão social na maioria das vezes recai sobre trabalhadores que, assistidos pela EJA, dispõem de pouca ou nenhuma qualificação profissional. Logo,

a função do Estado é contemplar uma implantação de políticas públicas e educacionais favoráveis a inclusão, oferecendo um ensino com qualidade a clientela, com oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, norteadas por uma proposta de ensino estruturada na realidade vivencial, oferecendo uma formação contínua aos docentes em reflexão das práticas estereotipadas ainda existentes nos recintos escolares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a EJA oportuniza refletir sobre a qualidade do ensino oferecido na realidade das escolas públicas brasileiras, onde os métodos utilizados exigem do professor ações urgentes e reflexivas sobre a prática pedagógica, atualização constante para atendimento da clientela. Assim, é preciso o professor se tornar um pesquisador contínuo, trabalhar com atividades valorativas estruturadas em conteúdos contextualizados e significativos para os educandos, despertando o interesse em aprender.

Em abrangência dos objetivos propostos, o estudo favorece adquirir conhecimentos desde a conjuntura histórica até a identificação do perfil e dificuldades que sujeitos da EJA enfrentam para concluírem o curso básico. Deste modo os objetivos da pesquisa foram alcançados mediante exposição do tema evidenciado com reflexões e diálogos com autores que escreveram sobre a educação na modalidade.

A inserção da pedagogia progressista no ensino da EJA favorece a ampliação de um trabalho pedagógico que valoriza o aluno em sua integridade, oportunizando atividades significativas em acesso a conhecimentos científicos, envolvendo-o no ensino-aprendizagem em alcance dos objetivos educacionais. Oportuniza ainda o desenvolvimento integral dos alunos estruturado no desempenho de competências, habilidades que facilitarão sua inserção no mundo de trabalho e atuação na sociedade, tornando-o sujeito alfabetizado e letrado.

Sugere-se que a escola no contexto atual busque desempenhar sua função com eficiência, oferecendo um ensino qualificado e significativo, valorizando aos alunos

da EJA, cujas peculiaridades e realidades vivenciais desafiam na desistência dos estudos antes de terminar o prazo, ou então, não conseguem aprender em tempo hábil. Enfim, atuar na docência em EJA exige do professor uma formação fundamentada em princípios teóricos relacionados a prática, ancorado em relações entre o conteúdo curricular e o aprendiz.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

Biografia de Engels. Disponível em: www.suapesquisa.com/biografias/engels.htm. Acesso em: 03.10.2017.

Biografia de Marx. Disponível em: www.ebiografia.com/karl_marx/. Acesso em: 03.10.2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Decreto nº 97.219 de 14 de dezembro de 1988.** Revogado pelo Decreto 99.519 de 11 de setembro de 1990: Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm#art7. Acesso em: 18.08.2017.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971:** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. CEDI, 1971.

_____. **Decreto nº 99.519/90:** Institui a comissão do programa nacional de alfabetização e cidadania. In: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm#art7. Acesso em: 10.09.2017.

_____. **Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001:** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. PNE/Ministério da Educação, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional. CEDI, 1996.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000:** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a educação de Jovens e Adultos. CNE/CEB, 2000.

_____. **Plano Nacional de educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 julho de 2000:** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, CNE/CEB, 2000.

_____. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010:** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. MEC/CNE/CEB, 2010.

Conceito de pedagogia progressista. Disponível em: www.obrasill.com/educacao/geral/pedagogia-progressista-e-suastendencias. Acesso em: 03.10.2017.

DI PIERRO, Maria Clara. VÓVIO, Cláudia Lemos. ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil:** lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

II CONED: Subsídios às discussões preparatórias do II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte, MG, 1997.

HADDAD, Sergio. **Estado da arte da Educação de Jovens e Adultos.** 23ª reunião anual da ANPED. Caxambu/MG, 2000.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015.** Disponível em: www.brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html. Acesso em: 04.10.2017.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Tendências da educação brasileira.** Org. Ruy Lourenço Filho & Carlos Monarcha. Brasília: MEC/Inep, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia Alemã em seus representantes, Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo Alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Bomtempo, 2007.

_____. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SNYDERS, G. **Escola, Classes e Luta de Classes**. São Paulo, Centauro, 2005.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos**: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out, 1996.